

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026/SMCET/FMC

SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS

“GUAXUPÉ 114 ANOS E GUAXUPÉ CAFÉ FESTIVAL 2026”

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

JULGAMENTO DE RECURSO

Número de Inscrição: 018/2026

Interessado: Juliana Luciano Rocha Tonaco

Nome do Projeto: Abelinda aventureira em : Café com mel

Objeto do Recurso: Recurso administrativo – Recurso administrativo contra resultado da Etapa de Seleção – Edital de Fomento 07/2026

I. Relatório

Juliana Luciano Rocha Tonaco, proponente do projeto “Abelinda aventureira em: Café com mel”, interpôs recurso contra o resultado preliminar da etapa de seleção/habilitação do Edital 07/2026/SMCET/FMC, solicitando a revisão da avaliação qualitativa, especialmente no que se refere ao Critério 2 – Qualidade, Clareza e Estrutura do Projeto, bem como à possibilidade de complementação da documentação referente ao orçamento.

Em sua justificativa, a recorrente afirma que, por problemas técnicos (perda de arquivos), o projeto precisou ser refeito de forma resumida, o que teria comprometido sua estrutura. Ainda assim, sustenta que a proposta apresenta objetivos claros, relevância social e impacto junto ao público-alvo, defendendo que poderia ser classificada como de estrutura simples, porém suficiente, com diferencial de originalidade.

Adicionalmente, a proponente questiona a ausência de clareza no edital quanto à possibilidade de saneamento de pendências em fase recursal, apresentando, nesta oportunidade, planilha orçamentária com o intuito de atingir a pontuação mínima exigida. Por fim, solicita, subsidiariamente, a abertura de novo edital para contemplar a categoria infantil, caso o recurso não seja acolhido.

II. Fundamentação

A Comissão de Seleção, ao analisar o recurso, passa a reexaminar os pontos levantados à luz dos critérios estabelecidos no edital e dos princípios que regem a administração pública.

No que se refere ao Critério 2 – Qualidade, Clareza e Estrutura do Projeto, observa-se que a própria recorrente reconhece que a proposta foi apresentada de forma resumida, em razão de

intercorrências técnicas. Tal circunstância, embora compreensível sob o ponto de vista fático, não afasta a necessidade de atendimento aos requisitos mínimos de estruturação exigidos pelo edital no momento da inscrição.

A avaliação qualitativa considera exclusivamente o conteúdo efetivamente apresentado no prazo regular, sendo inviável a reavaliação com base em justificativas posteriores ou em intenções não materializadas na proposta originalmente submetida. Assim, a fragilidade estrutural apontada no parecer preliminar permanece caracterizada, especialmente no que diz respeito ao nível de detalhamento estético, metodológico e técnico.

Quanto à alegação de que o projeto possui relevância social, objetivos claros e impacto cultural, a Comissão reconhece tais elementos em caráter geral. Todavia, tais aspectos, por si sós, não suprem a necessidade de uma apresentação técnica consistente, clara e suficientemente detalhada, conforme exigido no edital para fins de pontuação no referido critério.

No tocante à apresentação da planilha orçamentária em sede recursal, cumpre destacar que a ausência desse documento no ato da inscrição configura falha material relevante, especialmente quando vinculada à avaliação de critérios objetivos do edital. A juntada posterior de documentos essenciais não é admitida, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica.

A alegação de ausência de clareza no edital quanto à possibilidade de saneamento de pendências não prospera, uma vez que, como regra geral nos processos seletivos públicos, a fase recursal destina-se à revisão da decisão com base nos elementos já constantes dos autos, e não à complementação documental ou reformulação substancial da proposta.

Por fim, quanto ao pedido subsidiário de abertura de novo edital para a categoria infantil, registra-se que tal pleito extrapola o objeto do presente recurso administrativo, não competindo à Comissão de Seleção deliberar sobre políticas públicas futuras ou reabertura de certames, matéria afeta à gestão administrativa superior.

III. Conclusão

Diante do exposto, verifica-se que:

A fragilidade estrutural do projeto, reconhecida pela própria recorrente, não pode ser afastada por justificativas posteriores;

A ausência de documentos essenciais no ato da inscrição não pode ser sanada em fase recursal; Os argumentos apresentados não são suficientes para modificar a avaliação qualitativa anteriormente realizada.

Assim, a Comissão de Seleção decide INDEFERIR o recurso administrativo apresentado por Juliana Luciano Rocha Tonaco, mantendo inalterado o resultado preliminar de



PREFEITURA DE
GUAXUPÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

seleção/habilitação do projeto “Abelinda aventureira em: Café com mel”.